

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Básica  
Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino  
Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Programa Nacional de Capacitação de  
Conselheiros Municipais de Educação  
Pró-Conselho

# **CADERNO DE OFICINAS 3**

Brasília – DF  
Abril de 2007

Secretária de Educação Básica  
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino  
Horácio Francisco dos Reis Filho

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino  
Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Coordenação Técnica  
Lêda Maria Gomes

Equipe Técnica  
Janete Mércia da Silva Pereira  
Marcus Jessé Moreira

Apoio técnico  
Josemam Luiz da Silva  
Gilnarla Blandina Neves Silva

Capa e Editoração  
Reflexo Publicidade

Endereço:  
Secretaria de Educação Básica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "L" – 5º andar Sala 514  
CEP: 70.047-900 Brasília – DF / Brasil  
Fone: (61) 2104-9284  
Fax: (61) 2104-8337  
E-mail: cme@mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

B823p Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho : guia de consulta / coordenação geral de articulação e fortalecimento institucional dos sistemas de ensino. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

51 p. : il.

1. Educação Básica. 2. Conselho Municipal de Educação. 3. Sistemas Educacionais. I. Brasil. Secretaria de Educação Básica. III. Título

CDU: 37.014



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>OFICINA INTRODUTÓRIA: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CONCEITOS .....</b>	<b>9</b>
1 – APRESENTAÇÃO .....	11
2 – OBJETIVOS .....	11
3 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA .....	11
4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	11
<b>OFICINA I: DIREITO À EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL.....</b>	<b>15</b>
5 – APRESENTAÇÃO .....	17
6 – OBJETIVOS: .....	17
7 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA .....	17
8 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	17
<b>OFICINA 2: ATUAÇÃO DO CME PARA CONTRIBUIR COM A GARANTIA DA OFERTA DE UMA EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL .....</b>	<b>21</b>
1 – APRESENTAÇÃO .....	22
2 – OBJETIVOS .....	22
3 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA .....	22
4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	23
TEXTOS DE REFERÊNCIA.....	27
<b>OFICINA 3: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....</b>	<b>29</b>
1 – APRESENTAÇÃO .....	31
2 – OBJETIVOS: .....	31
3 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA .....	31
4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	31
<b>FOLHA DE TRABALHO 1: ATIVIDADES COGNITIVAS .....</b>	<b>35</b>
<b>FOLHA DE TRABALHO 2: ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>39</b>
<b>TEXTOS DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>49</b>









Prezado (a) Conselheiro (a),

O Brasil trilha os caminhos do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. Políticas públicas vêm impulsionando setores estratégicos como educação, saúde, energia, ciência e tecnologia, pois as ações articuladas promovem melhor distribuição de renda. Igualmente fundamental tem sido a continuidade da política de diálogo internacional, de modo a assegurar maiores oportunidades de crescimento mediante parcerias estratégicas e colaboração com diversas nações. O compromisso deste governo com a construção de um projeto de nação para todos adquire visibilidade por meio de iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Fome Zero, o Bolsa Família e o Brasil Exportador.

Uma nação soberana e pautada em princípios de ética, justiça social e democracia plena constrói-se sob a égide de uma educação com qualidade social. Educação não é gasto, mas investimento no presente e no futuro de um País mais desenvolvido e menos desigual para crianças, jovens e adultos. Impulsiona a inclusão social e constitui um meio essencial para a conquista da cidadania. Partindo desse pressuposto, o governo vem construindo e implementando políticas públicas educacionais comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse momento histórico, o desafio primordial da educação brasileira, consiste em dar continuidade à ampliação ao acesso a todos os níveis educacionais e promover sua qualificação, assegurando a toda população brasileira escolarizável, aprendizagem efetiva, prosseguimento dos estudos e inserção digna no contexto social.

Orientada por uma visão sistêmica, a atual gestão do Ministério da Educação estruturou suas políticas em quatro eixos, a saber:

1. Educação Básica;
2. Educação Profissional e Tecnológica;
3. Educação Superior;
4. Educação Continuada.

O MEC, em parceria com os sistemas de ensino e a sociedade, vem promovendo inúmeras políticas, programas e ações de qualificação educacional. A instituição de um Fundo para atender de forma equânime toda a Educação Básica: o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o projeto de lei que institui um piso salarial para os profissionais do magistério representam mais que um avanço, mas uma verdadeira revolução na educação nacional, pois pela primeira vez na história da educação brasileira essas grandes dívidas sociais são atendidas. Ainda, temos o Programa Universidade para Todos – ProUni; o Profucionário; o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB; o Programa Brasil Alfabetizado; a ampliação da distribuição de livros didáticos para o Ensino Médio; programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação; o projeto de lei que propõe a criação da Capes da Educação Básica; a ampliação da inclusão digital por meio da distribuição de computadores, no escopo do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), que este ano irá equipar as escolas públicas de Ensino Médio do País que não dispõem de laboratórios de informática; a distribuição de aparelhos de DVD às escolas; o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, as inúmeras ações de valorização e respeito à diversidade e de atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, como a distribuição do livro digital em Libras para alunos com deficiência auditiva em processo de alfabetização, dentre outras iniciativas que, consideradas em

sua organicidade, refletem o compromisso do MEC com uma educação inclusiva e de qualidade para a população desse grande País. Ademais, o MEC está construindo, em parceria com os diversos atores educacionais e sociais, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que envolve todos os eixos do setor, com destaque para o estabelecimento de metas de qualidade para a Educação Básica.

Trabalhamos por uma educação comprometida com a emancipação de cada sujeito e com a expansão, consolidação e fortalecimento das instâncias de exercício da gestão democrática. É essencial fomentar a prática da democracia nas instâncias educacionais, de modo a estimular cada cidadão brasileiro a participar espontânea e efetivamente dos assuntos que lhe são afetos. O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) tem contribuído para o alcance dessa meta. As principais linhas do Programa visam a desenvolver ações de capacitação de conselheiros municipais de educação e dar continuidade ao Sistema de Informações sobre Conselhos Municipais de Educação (SICME). Seus principais objetivos são:

- Manter em funcionamento um banco de dados nacional atualizado sobre os Conselhos Municipais de Educação;
- Fortalecer a identidade dos Conselhos Municipais de Educação (CME) como órgãos do Poder Público e parte da estrutura do sistema de ensino;
- Ampliar o conhecimento e o debate da legislação educacional, subsidiando o trabalho dos Conselhos;
- Engajar a atuação dos Conselhos na perspectiva de assegurar o direito à educação como política de promoção da inclusão social;
- Promover o fortalecimento, intercâmbio e a colaboração entre os CME;
- Incentivar a participação da sociedade civil na gestão educacional;
- Fomentar a criação de Conselhos Municipais de Educação.

O processo de qualificação da educação passa pela valorização da gestão democrática em todas as esferas de atuação cidadã. É importante destacar que o Fundeb amplia a abrangência de responsabilidades dos conselheiros municipais de educação no que tange ao controle dos recursos públicos para o setor.

Esperamos que essa publicação contribua para a implementação bem-sucedida dos procedimentos relacionados à gestão democrática no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação.

Conselheiro(a), você é nosso(a) convidado(a) a dar continuidade e avançar na missão de elevar a qualidade da educação pública nacional, educação esta comprometida com a construção de uma sociedade democrática e de um Brasil melhor para todos.







Elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável de uma nação, a educação promove cidadania e inclusão social. Em sintonia com a visão sistêmica que fundamenta a atuação do Ministério da Educação, a Educação Básica vem avançando no sentido de ampliar o acesso à escola. Com efeito, atingimos a quase universalização no ensino fundamental. Estamos trabalhando para garantir o acesso de toda a população escolarizável à educação formal. Nesse cenário, o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) vem assegurar a valorização equânime de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, incluindo as crianças da educação infantil, os jovens do ensino médio e os alunos da educação de jovens e adultos (EJA), bem como seus docentes, que não eram atendidos pelos recursos do Fundef.

Na Secretaria de Educação Básica (SEB), o processo de qualificação da educação oferecida, passa por iniciativas pioneiras como a redefinição da política de financiamento para esse nível; a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos (Lei no 11.274/06); os programas de formação de profissionais da educação, como o Profucionário – que constitui iniciativa inédita do Brasil – o Pró-Letramento, o Proinfantil, o Proifem, Proformação e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; o Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil; a Política de Formação de Leitores; o Prêmio Inovação em Gestão Educacional; o Prêmio Professores do Brasil, agora unificando a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental; o apoio aos docentes do idioma Espanhol – língua estrangeira obrigatória no ensino médio (Lei no 11.161/05); os programas de formação de gestores: Pradime, Escola de Gestores, Pró-Conselho, Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias de Educação do Semi-Árido; a valorização da educação científica, através de iniciativas como a FENACEB e o apoio à realização de Olimpíadas, como a de Matemática e a de Astronomia e Astronáutica; a ampliação da política de distribuição de livros didáticos, de modo a atender os alunos do ensino médio; o debate sobre currículo no âmbito da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio; a universalização da distribuição de livros didáticos em Braille para os alunos com deficiência visual matriculados no ensino fundamental; dentre outras ações que revelam o compromisso da SEB com a dimensão inclusiva da educação e com a elevação dos patamares de escolaridade e sucesso escolar da população brasileira.

As políticas públicas para a Educação Básica encontram-se estruturadas em quatro eixos, a saber:

- a) Inclusão Educacional;
- b) Democratização da Gestão Educacional;
- c) Redefinição da Política de Financiamento;
- d) Formação e Valorização dos Profissionais da Educação.

A SEB, tendo como referência o Princípio Constitucional da Gestão Democrática no Ensino Público, contribui para o fortalecimento dos sistemas de ensino, mediante a oferta de programas de formação aos secretários estaduais e municipais, conselheiros e diretores de escola. Tais iniciativas se consubstanciam em impacto positivo no sucesso da prática pedagógica e na real possibilidade de fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social da comunidade nos assuntos educacionais de seu interesse.

O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) foi instituído para desenvolver uma política de democratização da gestão educacional, desenvolvida em regime de parceria com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), contando ainda com a

participação e apoio de vários órgãos e organismos internacionais e nacionais (estaduais e municipais). Suas principais linhas de atuação visam a desenvolver ações de capacitação de conselheiros municipais de educação e dar continuidade ao Sistema de Informações sobre Conselhos Municipais de Educação (SICME). Seus principais objetivos são:

- Manter em funcionamento um banco de dados nacional atualizado sobre os Conselhos Municipais de Educação;
- Fortalecer a identidade dos Conselhos Municipais de Educação (CME) como órgãos do Poder Público e parte da estrutura do sistema de ensino;
- Ampliar o conhecimento e o debate da legislação educacional, subsidiando o trabalho dos Conselhos;
- Engajar a atuação dos Conselhos na perspectiva de assegurar o direito à educação como política de promoção da inclusão social;
- Promover o fortalecimento, intercâmbio e a colaboração entre os CME;
- Incentivar a participação da sociedade civil na gestão educacional;
- Fomentar a criação de Conselhos Municipais de Educação.

No que se refere ao atendimento de 2006, foram realizados 05 Encontros de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação em 05 unidades da federação: AM, PE, GO, MG e RS, promovendo a capacitação de 1.048 conselheiros de 472 municípios participantes. Esta capacitação foi acompanhada da distribuição da Revista Documenta do Conselho Nacional de Educação a aproximadamente 1.500 Conselhos Municipais de Educação que se cadastraram no SICME em 2005, além de documentos, publicações e o Perfil dos Conselhos Municipais de Educação, edição 2005. Registramos também, o cadastro de 2.420 municípios no SICME 2006.

Na linha de continuidade do SICME foram realizadas as seguintes ações:

- 1) Recadastramento dos CME em 2006;
- 2) Atualização dos formulários e banco de dados;
- 3) Análise de consistências dos dados de 2006;
- 4) Comparação dos dados de 2005 e de 2006;
- 5) Estabelecimento dos procedimentos de integração e divulgação dos dados no âmbito do sistema de informações educacionais do Ministério da Educação;
- 6) Elaboração, impressão e distribuição do Perfil dos Conselhos Municipais de Educação 2006.

A democratização da gestão educacional confere visibilidade aos anseios socioeducacionais da população brasileira e fomenta as prementes práticas democráticas nas mais variadas instâncias da sociedade. Contamos com a parceria de cada conselheiro municipal de educação para, nesse momento singular da história da educação brasileira, trabalharmos na construção coletiva e permanente da dimensão social da qualidade da Educação Básica, de modo a contribuir para a qualidade de vida de cada criança, jovem e adulto desse grande Brasil.

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva  
Secretária de Educação Básica



**OFICINA INTRODUTÓRIA  
CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CONCEITOS**





## 1 – APRESENTAÇÃO

Esta Oficina Introdutória consiste em um primeiro encontro dos participantes. Nela, a partir da conferência de abertura “A Educação no contexto da Política de Desenvolvimento Local com Igualdade Social”, os conselheiros discutirão sobre a relação e papel do Conselho Municipal de Educação e dos próprios conselheiros com o desenvolvimento de seus próprios municípios.

Ao discutir em que aspectos os conselheiros devem estar, “indispensavelmente, muito preparados, habilitados”; (ver questões para o debate, adiante), eles estarão dando indicações para a adequação das palestras e oficinas subseqüentes às suas demandas atuais como conselheiros de municípios brasileiros tão diversificados.

## 2 – OBJETIVOS

Promover uma oportunidade inicial de integração entre os conselheiros participantes da oficina e destes com o mediador

Propiciar uma oportunidade aos participantes de refletirem e elaborarem, em grupo, conceitos relativos a diferentes conteúdos pertinentes à proposta de qualificação, a partir de conhecimentos prévios que foram desenvolvidos ao longo de sua experiência de vida.

## 3 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA

ATIVIDADE			DURAÇÃO
1	Recepção na ante-sala	“Carômetro”	5’
2	Síntese de abertura	Fala do Mediador - Objetivos	5’
3	Roda de apresentação e sentimentos	“Quem sou eu e o que vim buscar neste encontro?”	30’
4	Dinâmica de reflexão e troca de opiniões	Toca , para e cria: trabalho em torno de 3 questões(duplas, círculos)	15’
5	Preparação da apresentação em plenária	Trabalho em subgrupos	30’
6	Compartilhamento	Plenária	30’
7	Abordagem síntese do mediador/facilitador	Plenária	5’
<b>TOTAL</b>			<b>120’ (2 horas)</b>

## 4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

### Atividade 1 – Recepção na ante-sala – “Carômetro”

**Duração: 5’**

Colocar na parede da ante-sala da oficina um painel, com rostos expressando sentimentos como alegria, tristeza, raiva, etc. onde as pessoas assinalam a que mais se identifica com seu estado de espírito naquele dia no início e ao final das atividades.

### **Atividade 2 – Síntese de abertura**

**Duração: 5'**

### **Atividade 3 – Roda de apresentação e sentimentos**

**Duração: 30'**

Os participantes devem organizar-se em círculo para que expressem os seus sentimentos, expectativas, motivados pela frase: **Quem sou eu e o que vim buscar neste encontro?**

### **Atividade 4 – Dinâmica - Toca, pára e cria**

**Duração: 15'**

Esta dinâmica tem o objetivo de facilitar a aprendizagem e a compreensão de questões colocadas pelo mediador, de forma descontraída, possibilitando a afinação do trabalho em equipe, exercitando a criatividade e o entrosamento do grupo.

Ao ser preparado o ambiente, tornado livre para movimentos e trabalhos grupais, formam-se duplas que ocupam todo o espaço da sala. Feito isso, o facilitador anuncia a primeira frase a ser trabalhada pelo pelas duplas.

Toca uma música (de acordo com as características, peculiaridades de cada estado) e cada dupla dança. A música pára. A dupla para de dançar e inicia um diálogo sobre a frase anunciada, durante cerca de dois minutos e meio. Toca a música novamente, a dupla se desfaz e procura rapidamente outro par, formando outra dupla que dança. Assim, sucessivamente, no período de cinco minutos para cada frase.

As frases, que devem ser escritas em um flip-chart ou quadro gradativamente, conforme o anúncio do mediador, podem ser escolhidas entre as seguintes:

- a) Como está seu município em relação ao desenvolvimento local;*
- b) O que o Conselho Municipal de Educação tem a ver com isso?*
- c) Ambiente educador: o que é, onde e como se concretiza?*
- d) Educação com qualidade social: o que é isto?*
- e) O que o conselheiro deve saber, conhecer para o bom desempenho da sua função?*

### **Atividade 5 – Preparação da apresentação em plenária**

**Duração: 30'**

- a) Dividir os conselheiros em subgrupos de 5 a 7 participantes;
- b) Eleger um coordenador e um relator em cada subgrupo;
- c) Cada subgrupo deverá escolher 2 das questões apresentadas na dinâmica do **Toca-Pára-Cria**. No processo de elaboração, o grupo deverá debater as questões escolhidas e chegar a um consenso sobre o assunto, formulando o conceito, por escrito, de forma clara, se possível em um cartaz;



d) Solicitar que cada grupo eleja um representante para apresentar e justificar o conceito formulado pelo grupo.

### **Atividade 6 – Compartilhamento em plenária**

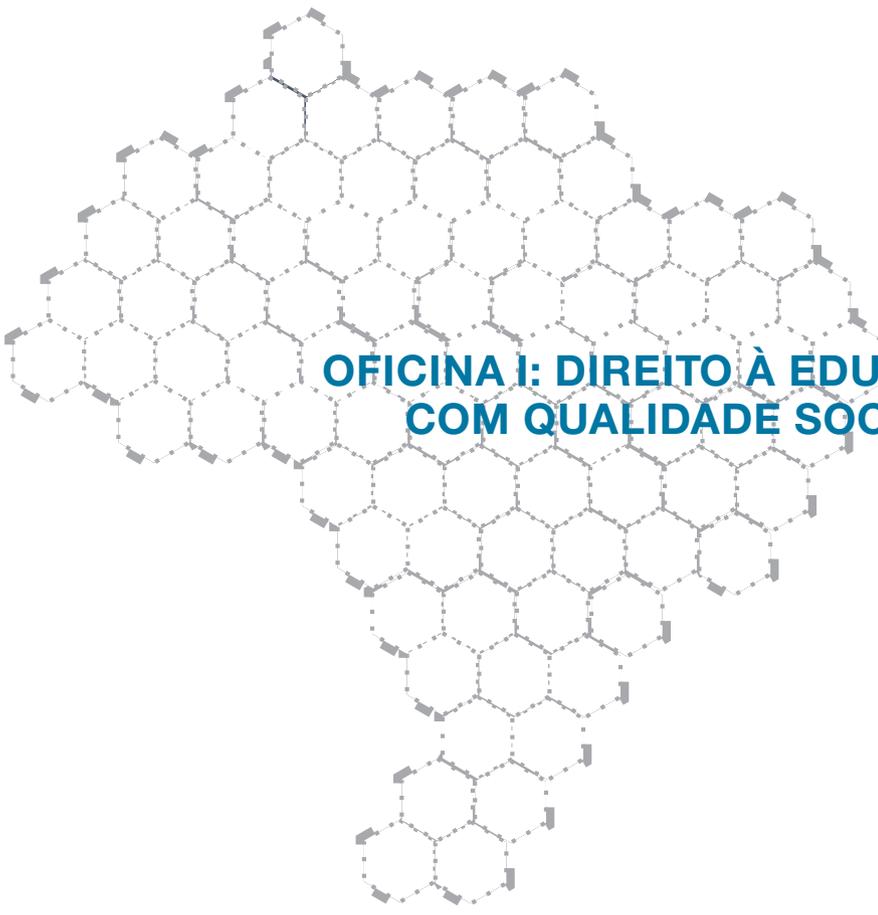
**Duração: 30'**

Cada subgrupo deverá apresentar para a plenária, numa folha de *flip-chart*, os conceitos que resultaram do trabalho de construção coletiva, focalizando os aspectos que considerarem mais relevantes.

### **Atividade 7 - Abordagem síntese do facilitador**

**Duração: 5'**





**OFICINA I: DIREITO À EDUCAÇÃO  
COM QUALIDADE SOCIAL**

A large, faint outline of the map of Brazil, composed of a grid of dashed lines forming hexagons, is centered on the page. The text of the workshop title is overlaid on this outline.





## 1 – APRESENTAÇÃO

Nesta Oficina, devem ser criadas as condições pedagógicas para que os conselheiros aprofundem, de modo participativo, seu entendimento e suas estratégias de atuação para que se consiga nos seus municípios, uma Educação com qualidade social.

Em cada momento da Oficina, de modo transversal e sem uma formulação acadêmica ou burocrática, serão consideradas as dimensões de entendimento (conceitual), de princípios (modo ético de atuação) e de estratégia (como relacionar conhecimento e intervenção social, política e pedagógica).

## 2 – OBJETIVOS

## 3 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA

ATIVIDADES			DURAÇÃO
1	Dinâmica de aquecimento		5'
2	Debate e reflexão sobre questões relacionadas com a educação com qualidade social	Trabalho em subgrupos	30'
3	Construção de estratégias de desenvolvimento local a partir da educação	Trabalho em subgrupos	30'
4	Compartilhamento	Plenária	40'
5	Encerramento com avaliação da oficina	Plenária	10'
6	Síntese do Mediador	Plenária	5'
<b>Total</b>			<b>120' (2 horas)</b>

## 4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

### Atividade 1 – Dinâmica de aquecimento

**Duração: 5'**

Dinâmica a critério do mediador.

### Atividade 2 – Trabalho em subgrupos - Debate e reflexão sobre questões relacionadas com a educação com qualidade social.

**Duração: 30'**

Dividir os conselheiros em subgrupos de 5 a 7 participantes, para debater e aprofundar as seguintes proposições:

- a) Qual o futuro que desejamos para os nossos estudantes e o nosso município?
- b) Como as escolas poderiam preparar os estudantes para o trabalho e para a vida?
- c) Quais os principais espaços e atores educativos em nosso município?

### **Atividade 3 – Trabalho em subgrupos - Construção de estratégias de desenvolvimento local, a partir da educação.**

**Duração: 30'**

Com os mesmos grupos da Atividade 2, sempre buscando o resgate da conversa e da reflexão em grupo, este momento visa a que os conselheiros desenvolvam sua capacidade de construir e implementar estratégias de desenvolvimento local a partir da educação, tendo como instrumento motivador as perguntas abaixo:

#### **Grupo 1**

1 – Como os conselheiros de educação poderiam fomentar a participação dos estudantes na escolha e aprofundamento dos temas estudados em sala de aula?

2 – Como você se posiciona enquanto conselheiro de educação sobre a lei que determina 9 anos para o ensino fundamental?

3 – Em relação a essas questões, o que você como conselheiro fará imediatamente ao retornar ao seu município?

#### **Grupo 2**

1 – Como os conselheiros de educação poderiam fomentar a participação dos estudantes na escolha e aprofundamento dos temas estudados em sala de aula?

2 – Como você se posiciona enquanto conselheiro de educação sobre a lei que determina 09 anos para o ensino fundamental?

3 – Em relação a essas questões, o que você como conselheiro fará imediatamente ao retornar ao seu município?

#### **Grupo 3**

1 – Como os conselheiros de educação poderiam fomentar a integração da arte, do esporte, do lazer e dos conteúdos programáticos?

2 – Com que grupos, organizações e instituições convém que o CME discuta sobre as questões relacionadas com a educação infantil no município?

3 – Em relação a essas questões, o que você como conselheiro fará imediatamente ao retornar ao seu município?

#### **Grupo 4**

1 – Como os conselheiros de educação poderiam fomentar a integração na educação com qualidade social, questões de meio ambiente, etnias, gênero, entre outros, na educação municipal?

2 – Com que grupos, organizações e instituições convém que o CME discuta sobre as questões relacionadas com a educação infantil no município?



3 – Em relação a essas questões, o que você como conselheiro fará imediatamente ao retornar ao seu município?

### Grupo 5

1 – Como os conselheiros de educação poderiam fomentar a integração de políticas, projetos e programas educacionais federais e estaduais com a política municipal de educação?

2 – Com que grupos, organizações e instituições convém que o CME discuta sobre a educação nas escolas do município?

3 – Em relação a essas questões, o que você como conselheiro fará imediatamente ao retornar ao seu município?

### **Atividade 4 - Compartilhamento em plenária**

**Duração: 40'**

Cada subgrupo deverá apresentar para o plenário, numa folha de *flip-chart*, os conceitos que resultaram do seu trabalho, focalizando os aspectos que considerarem mais relevantes.

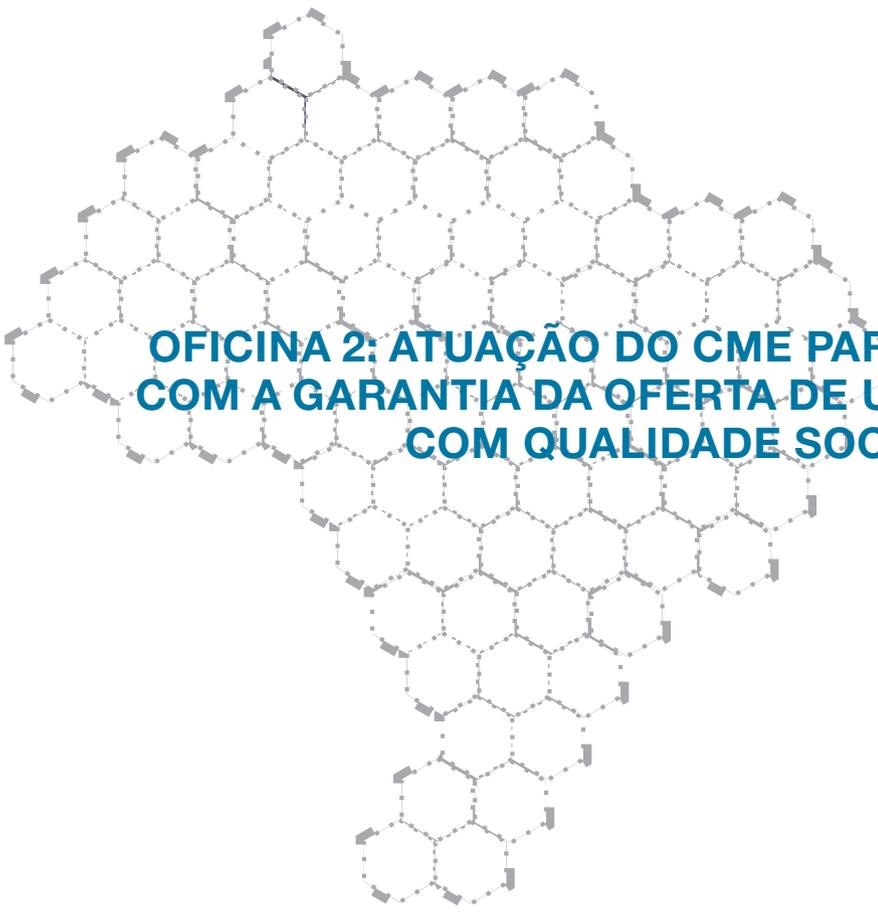
### **Atividade 5 - Encerramento com avaliação da Oficina**

**Duração: 10'**

### **Atividade 7 - Abordagem síntese do mediador**

**Duração: 5'**



A large, dashed outline of the map of Brazil, composed of a grid of hexagons. The outline is centered on the page and serves as a background for the main title.

**OFICINA 2: ATUAÇÃO DO CME PARA CONTRIBUIR  
COM A GARANTIA DA OFERTA DE UMA EDUCAÇÃO  
COM QUALIDADE SOCIAL**

## 1 – APRESENTAÇÃO

Esta oficina pretende dar continuidade às discussões e atividades realizadas em encontros anteriores sobre as funções e a atuação do CME. Propõe-se a ser um momento de reflexão sobre experiências vividas, como base para propostas de ampliação da atuação do CME em adequação às demandas e desafios que se apresentam, em dimensões cada vez maiores, aos gestores da educação municipal.

## 2 – OBJETIVOS

Possibilitar aos conselheiros municipais de educação o aprofundamento da discussão sobre as funções que desempenham e os novos papéis que se lhes são apresentados, na formulação de políticas e no acompanhamento e controle social do cumprimento do direito à educação com qualidade social com vistas ao desenvolvimento local.

Identificar, a partir das experiências dos conselheiros, dos textos de apoio e das palestras, as ações mais freqüentes e apontar novas/outras possibilidades de atuação para o CME.

Identificar e definir a estrutura e as possibilidades de funcionamento de quatro mecanismos institucionais de atuação do CME; acompanhamento, elaboração de diagnóstico, as funções mobilizadora e normativa e o regime de colaboração.

## 3 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA

ATIVIDADES			DURAÇÃO
1	Acolhimento – apresentação do mediador, dos objetivos e das atividades da Oficina	Plenária	5'
2	Natureza e funções do CME	Trabalho em subgrupos	20'
		Compartilhamento em plenária	30'
3	Possibilidades de exercício das funções pelo CME	Leitura e reflexão sobre texto-base – 1ª parte	15'
		Discussão em torno de questões integradoras – 2ª parte	20'
		Trabalho em subgrupos – 3ª parte	40'
		Compartilhamento em plenária	20'
4	Encerramento: construindo o caminho de volta	Grupo em círculo	20'
5	Síntese do mediador/facilitador e avaliação da oficina		10'
<b>TOTAL</b>			<b>180' (3 horas)</b>



#### 4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

##### Atividade 1 - Acolhimento – apresentação do mediador, dos objetivos e das atividades da Oficina.

**Duração: 5'**

- Apresentação do mediador e dos objetivos da oficina.
- Apresentação e discussão das atividades da oficina.

##### Atividade 2 – Trabalho em subgrupos - Natureza e funções do CME

**1ª parte:** Dividir os conselheiros em subgrupos de 5 a 7 participantes

**Duração: 20'**

a) Responder de acordo com a experiência do seu CME, em uma folha/ficha/caderno, às seguintes perguntas:

- Quais as principais atividades/ações desempenha?
- Que outras ações deveriam os CMEs desenvolverem frente ao compromisso com a oferta de uma educação de qualidade?

b) Discutir as respostas individuais no subgrupo e organizá-las em colunas de acordo com a sua natureza, destacando as que são mais freqüentes nos relatos:

1. Normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora e de controle;
2. mobilizadora;
3. Propositiva;
4. Outras (atividades que não tenham constado dos relatos e que o grupo entenda que são importantes para que o CME seja de fato um órgão representativo dos interesses e necessidades da sociedade, no que diz respeito à qualificação da educação municipal).

1. Normativas, consultivas deliberativas, fiscalizadoras	2. Mobilizadoras	3. Propositivas	4. Outras

**2ª parte:** Compartilhamento em plenária

**Duração: 30'**

Sob a coordenação do mediador/facilitador

- Os relatores dos subgrupos farão o relato dos resultados das discussões do seu grupo que serão registrados em flip-chart;
- Discussão e organização de uma **agenda indicativa** de possibilidades de ação para os CMEs .

### Atividade 3 - Possibilidades de exercício das funções pelo CME

#### 1ª parte: Leitura e reflexão sobre **Texto-base**, em subgrupos

#### Duração: 15'

A cada subgrupo é atribuído um dos quatro temas referentes às possibilidades de atuação do CME para o exercício de diferentes funções, conforme apresentado a seguir:

- Subgrupo 1 – Diagnóstico e acompanhamento da educação no município.
- Subgrupo 2 – Função mobilizadora.
- Subgrupo 3 – Função normativa.
- Subgrupo 4 - Regime de Colaboração/ Rede de Colaboração.

Os grupos farão a leitura e discussão do Texto Base (elaborado a partir dos textos de referência).

#### TEXTO BASE

Os CMEs vêm discutindo, em múltiplas instâncias e momentos, questões relacionadas à sua natureza, composição, funções, responsabilidades, compromissos, sempre tendo como fundamento: os princípios da Gestão Democrática do Ensino Público, um dos grandes desafios que nos trouxeram a Constituição Federal de 88 e a LDB e que devem constituir a natureza da criação e da atuação dos conselhos. Neste sentido, a introdução do Guia de Consulta do PRO-CONSELHO, 2005, anuncia:

*“Os conselhos municipais de educação constituem um elo permanente entre a sociedade civil e os poderes políticos responsáveis pelas decisões cotidianas que afetam escolas, estudantes e professores. Por meio desse colegiado, as políticas públicas educacionais podem encontrar-se com a opinião da sociedade e, dessa forma, buscarem, de forma contínua, a realização de objetivos que são do interesse de toda a população municipal!”*

No mesmo Guia de Consulta, Genuíno Bordignon aponta caminhos para a atuação dos conselhos de educação ressaltando ser ainda, *“apenas como um exercício de imaginação, poder-se imaginar o conselho de educação como:*

- *ouvidor (ombudsman) da comunidade sobre os problemas educacionais;*
- *fórum de articulação e mobilização das grandes questões educacionais, de fundamentos e políticas;*
- *guardião da autonomia da escola e dos direitos da criança e da cidadania;*
- *promotor da carta de princípios educacionais do governo, do pacto social para a educação,”* e completa:

*“É da natureza dos conselhos estabelecer, nas questões educacionais, a interface entre a sociedade e o governo, mais do que entre instituições singulares e o governo, garantindo a qualidade da educação requerida pela sociedade do conhecimento”* (p.60).

Carlos Jamil Cury no texto “Funções próprias de um Conselho de Educação;” ao tratar do exercício das funções normativas dos conselhos indica algumas condições e práticas necessárias ao exercício, não só das funções normativas, mas de toda a atuação do conselho:

*“O gestor necessita de clareza tanto (quanto?) aos aspectos normativos, quanto à realidade dos fatores educacionais e até mesmo sociais de sua realidade municipal quanto à educação escolar.”*



*“O gestor normativo deve encaminhar orientações necessárias que têm a ver com a cultura dos estabelecimentos escolares e do próprio sistema de ensino do município.”*

*“Esse encaminhamento gestor deve se referir aos aspectos mais fundantes da gestão democrática como a abertura do diálogo com as pessoas envolvidas e com os fatores situacionais. Isso deve implicar um papel mais ativo nas diretrizes e nas ações operacionais dos conselhos.”*

## **2ª parte:** Discussão em torno de questões integradoras: Trabalho em subgrupos

### **Duração: 20'**

Discussão com base em questões integradoras com o objetivo de mobilizar o grupo para o tema que lhe foi atribuído, debater e trocar experiências, oferecendo elementos para o momento seguinte.

Registro, em ficha/folha própria, dos pontos relevantes, apontados pelo grupo.

### **São as seguintes, as questões integradoras para cada subgrupo:**

#### **Subgrupo 1 – Função de acompanhamento e diagnóstico da educação no município**

Para que fazer um diagnóstico da educação no município?

Que dados e informações sobre a educação no município são importantes?

Qual a melhor maneira de fazer o acompanhamento e o diagnóstico da educação do município?

#### **Subgrupo 2 – Função mobilizadora**

Quais os objetivos de mobilizar a comunidade para a formulação de políticas públicas?

Quem deve estar envolvido neste processo?

Que estratégias são utilizadas para a mobilização e efetiva participação desses atores?

#### **Subgrupo 3 – Função normativa**

Qual a importância da formulação de normas para a educação no município?

Quais os procedimentos que o CME desenvolve para a elaboração das normas?

Como os órgãos municipais de educação e as escolas interpretam e cumprem as normas?

#### **Subgrupo 4 - Regime de Colaboração/ Rede de Colaboração**

O que o grupo entende por Regime de Colaboração?

Como os entes federados devem estabelecer um efetivo Regime de Colaboração?

Como se pode estabelecer uma Rede de Colaboração entre os Conselhos Municipais de Educação?

## **3ª parte :** Operacionalização das funções do CME no município

### **Duração: 40'**

Debate, em subgrupos, sobre o exercício da função do CME atribuída ao grupo, com a orientação dos roteiros sugeridos.

Elaboração de uma proposta para o exercício da função que foi atribuída ao subgrupo. (O relator *registra* as conclusões do subgrupo em *papel metro/cartolina*)

São os seguintes os roteiros para orientar a discussão:

**Subgrupo 1 – Função de diagnóstico e acompanhamento da educação no município**

- a) Identificar, no município, quais seriam os atores para a elaboração de um diagnóstico da educação no município e qual o papel do CME no processo;
- b) Definir etapas, fontes e formas de coleta de dados para a realização do diagnóstico;
- c) Propor encaminhamentos para o uso do diagnóstico com vistas à promoção da educação com qualidade social no município.

**Subgrupo 2 – Função mobilizadora**

- a) Identificar formas de participação social na formulação da política educacional do município, utilizando o PME como exemplo.
- b) Identificar quais os atores e seus respectivos papéis na formulação de políticas para a educação no município (a exemplo do PME), definindo o papel do CME no processo;
- c) Acordar sobre quem coordena e descreve as etapas de organização do processo;
- d) Definir estratégias para garantir a efetividade na realização do processo de mobilização da sociedade.

**Subgrupo 3 – Função normativa**

- a) Identificar, na educação municipal, algumas das questões que necessitam de normatização;
- b) Descrever os procedimentos que o CME deve adotar para a elaboração de uma norma, com base nos princípios da gestão democrática;
- c) Estabelecer estratégias de divulgação e publicização das novas normas e definir procedimentos de acompanhamento da implementação das normas.

**Subgrupo 4 - Regime de Colaboração/ Rede de Colaboração**

- a) Identificar os atores com os quais o CME pode ou deve estabelecer um regime de colaboração.
  - a. No âmbito do município;
  - b. Entre os diferentes sistemas de ensino;
  - c. Entre os diferentes entes federados;
- b) Identificar as diversas razões para se estabelecer essa colaboração e o papel do CME nesse processo.
- c) Listar procedimentos para estabelecer essa colaboração.

**4ª. parte:** Compartilhamento em plenária

**Duração:** 20'

Apresentação das conclusões de cada subgrupo ao grande grupo



### **Atividade 4 - Encerramento: Construindo o caminho de volta para os municípios**

**Duração: 20'**

Com o grupo em círculo, trocar idéias, registrando no *flip-chart*, algumas atividades que os conselheiros deverão promover ao voltar para seus municípios, a partir das respostas às seguintes questões:

- Quais as 2 questões / informações relacionadas com as possibilidades de atuação do CME que consideram mais importantes para relatar aos conselheiros que não participaram?
- Quais os maiores desafios, relacionados com a qualidade da educação municipal, que o CME deverá enfrentar?

### **Atividade 5 - Síntese do mediador/facilitador e avaliação da Oficina**

**Duração: 10'**





**OFICINA 3: FINANCIAMENTO DA  
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

## 1 – APRESENTAÇÃO

Esta oficina pretende, primeiramente, promover a reflexão e a discussão sobre aspectos de cunho mais conceitual, que devem fundamentar o trabalho do conselheiro municipal, nas suas funções propositiva, deliberativa, de fiscalização e de controle da aplicação de recursos.

A partir dessa abordagem, passa-se a lidar com a dimensão mais estratégica do trabalho do conselheiro, relacionada aos procedimentos, ou seja, como articular conhecimento com intervenção social e pedagógica, o que é realizado por meio do estudo de casos que refletem situações e desafios que se apresentam na cotidianidade do trabalho do conselheiro.

## 2 – OBJETIVOS

Possibilitar aos conselheiros municipais de educação o conhecimento sobre alguns aspectos relacionados com:

- o financiamento da educação pública (normas básicas e operacionalização)
- o processo de elaboração e execução do orçamento público

Propiciar aos conselheiros a possibilidade de identificar e refletir sobre as relações existentes entre esses dois aspectos – financiamento e orçamento – e o papel e atribuições do CME, com ênfase no que concerne ao planejamento da educação e ao desenvolvimento local.

## 3 – DESENVOLVIMENTO DA OFICINA

ATIVIDADE			DURAÇÃO
1	Atividade cognitiva sobre financiamento e orçamento	Trabalho em subgrupos	30'
		Compartilhamento em plenária	45'
2	Estudos de caso em torno de temas relacionados com a atuação do CME	Trabalho em subgrupos	45'
		Compartilhamento em plenária	75'
3	Encerramento: construindo o caminho de volta para os municípios	Grupo em círculo coordenado pelo mediador/facilitador	35'
4	Síntese do mediador/facilitador e avaliação da Oficina	Grupo em círculo	10'
<b>TOTAL</b>			<b>240' (4 horas)</b>

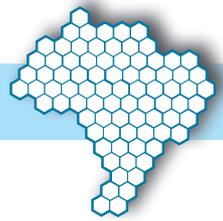
## 4 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

### Atividade 1: Atividade cognitiva / conceitual sobre financiamento e orçamento

**1ª. parte:** Em subgrupos

**Duração:** 30'

Na **Folha de Trabalho 1**, são apresentadas as **questões** referentes à Atividade Cognitiva de **Financiamento e de Gestão Orçamentária da Educação**



- **Financiamento:** Atividade com ênfase nas mudanças trazidas pela implantação do FUNDEB, com base nas informações trazidas pela palestra e pelo texto de Financiamento e Gestão Orçamentária constante do Guia de Consulta.

Os subgrupos deverão, além de identificar as mudanças, refletir sobre seus impactos nos municípios e na atuação dos CME.

- **Gestão Orçamentária:** Atividade com ênfase no exame de algumas peças do orçamento municipal, buscando relacioná-las com a atuação do CME no planejamento (PME) e no acompanhamento e controle social da política pública da educação. Busca fortalecer a compreensão de que o orçamento faz parte do planejamento como, por exemplo, a própria atuação do CME fica limitada se suas atividades não estão previstas no orçamento.

## 2ª. parte: Compartilhamento em plenária

**Duração:** 45'

Cada subgrupo, conforme tenha trabalhado com a atividade de financiamento **ou** de orçamento, deverá apresentar suas conclusões para o grupo maior, selecionando os aspectos que considerarem mais relevantes para a atuação dos conselheiros e do CME.

O mediador/facilitador deverá trazer o grupo para o lugar de conselheiro do CME, evitando que o trabalho se transforme em uma oficina para secretários de educação ou professores, buscando identificar, claramente, os pontos de contato entre a atuação do CME e o financiamento/ orçamento da educação.

## Atividade 2 - Estudos de caso sobre financiamento e orçamento

### 1ª. parte: Em subgrupos

**Duração:** 45'

Na **Folha de Trabalho 2**, estão apresentados **quatro Estudos de Caso** abordando questões que fazem parte do dia-a-dia dos CME, no novo contexto do financiamento (FUNDEB), integrando o PME e abordando também aspectos do orçamento – elaboração, execução ou controle social.

Os casos referem-se aos seguintes temas:

- *Capacitação de professores;*
- *Educação infantil;*
- *Recursos materiais para as escolas;*
- *Educação de Jovens e Adultos;*

### 2ª. parte: Compartilhamento em plenária

**Duração:** 75'

Cada subgrupo, conforme tenha trabalhado com a atividade de financiamento **ou** de orçamento, deverá apresentar suas conclusões para o grupo maior, selecionando os aspectos que considerarem mais relevantes.

**Atividade 3 - Encerramento: Construindo o caminho de volta para os municípios**  
**Duração:** 35'

Com o grupo em círculo, trocar idéias sobre algumas atividades que os conselheiros deverão promover ao voltar para seus municípios, registrando-as no *flip-chart*. Sugerem-se as seguintes questões provocadoras:

Quais as 2 questões/informações relacionadas com financiamento/orçamento da educação municipal que você consideraria mais importantes para relatar aos conselheiros que não participaram desse evento do Pró-Conselho?

Quais os maiores desafios, relacionados com o financiamento/orçamento da educação municipal que o CME enfrenta no cotidiano?

Além dos segmentos que já estão representados no CME, que outros setores ou instituições da comunidade, você chamaria para contribuir com o Conselho no enfrentamento dos desafios citados?

**Atividade 4 - Síntese do mediador/facilitador e avaliação da Oficina**  
**Duração:** 10'

**Obs:** O **intervalo** poderá ocorrer durante as Atividades **3 e 4**, a critério do facilitador, em acordo com o grupo.



**FOLHA DE TRABALHO 1**  
**ATIVIDADES COGNITIVAS**





**1 - Com base nas informações trazidas pela palestra e na análise do texto de *Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação*, apresente/responda:**

- Três principais aspectos de diferenciação entre o FUNDEF e o FUNDEB e que impactos estes podem ter na educação básica do município;
- Dois aspectos em que FUNDEB e FUNDEF se identificam plenamente, ou seja, aqueles que trazem o mesmo princípio ou a mesma proposição;
- Como se dará à implementação gradativa do FUNDEB trazida pela nova redação do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, §§ 4º e 5º que a Emenda Constitucional nº 53/2006 institui, e que cuidados devem ser observados em decorrência desse tipo de implementação?

**2 - De acordo com a Medida Provisória 339 de 2006, em tramitação no Congresso Nacional, no seu artigo 24 §5º serão impedidos de integrar os conselhos:**

- cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do prefeito e do vice-prefeito e dos secretários municipais;
- tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afim, até terceiro grau, desses profissionais;
- estudantes que não sejam emancipados;
- pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração ou prestem serviços terceirizados no âmbito dos órgãos Poder.

Comente essa proibição, considerando em que aspectos ela pode contribuir para a valorização e o fortalecimento do conselho.

**3 - A Constituição Federal determina a elaboração do orçamento público com base em três instrumentos legais:**

- a. Plano Plurianual – PPA
  - b. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
  - c. Lei Orçamentária Anual – LOA
  - d. Com base na palestra sobre Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação, o subgrupo deverá:
- apresentar uma definição sintética desses instrumentos;
  - apontar a participação que o CME deve ter no processo de elaboração de cada um deles;
  - Identificar as relações que cada um desses instrumentos têm com o PME.

**4 - A execução do orçamento deve ser acompanhada por meio de instrumentos e procedimentos de controle social, de controle interno e de controle externo. Sugere-se que o grupo discuta e responda às seguintes questões:**

- Quais são os instrumentos e procedimentos existentes para que seja exercido o controle social sobre a execução do orçamento da educação municipal?
- Que relação existe entre a efetivação desses instrumentos e procedimentos de controle (social, interno e externo) e a atuação do CME?



**FOLHA DE TRABALHO 2**  
**ESTUDO DE CASO**







### Caso 1 – Educação Infantil

De acordo com os **artigos 29 e 30 da LDB**, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Ela será oferecida em creches, para crianças até 3 anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos de idade. Sua oferta, de acordo com o **artigo 11 da mesma LDB**, é incumbência e responsabilidade do município.

Segundo o **PNE – Plano Nacional de Educação 2001, p. 39**,

*“a educação das crianças de 0 a 6 anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro [...], seja em decorrência da necessidade da família [...] principalmente quando os pais trabalham fora de casa, seja pelo desenvolvimento da criança. [Portanto], descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano.”*

O quadro abaixo, publicado pelo Informativo *Guajará Alerta – Ano 5, N 4 – p.3*, apresenta uma visão quantitativa das metas de atendimento propostas pelo PNE e o nível de acesso das crianças a essa etapa da educao básica no município de Guajará do Oeste.

**Quadro 1 – Percentual de atendimento e metas para a Educao Infantil em Guajará do Oeste**

Etapas de Ensino	Guajará do Oeste	Metas PNE 2006	Metas PNE 2011	Quanto falta?	
				2006	2011
0 a 3 anos (creche)	13%	30%	50%	17%	37%
4 e 5 anos (pré-escola)	62%	50%	80%	Meta ultrapassada	18%

O conselheiro Jailson José, representante dos pais de alunos no Conselho Municipal de Educao, levou esse informativo para a reunião mensal do Conselho. Seus filhos Anderson (6), Aparecida (5) e José Francisco (3) estudam na rede municipal de Guajará e o pequeno Luis Paulo (2) fica na casa dos avós maternos enquanto Olga Regina, sua esposa, trabalha, uma vez que não há vaga na creche.

Sabendo que há previsão da chegada de mais recursos para a Educao Infantil no município quando da aprovao e implementao do FUNDEB, sr. Jailson trouxe as seguintes questões para os colegas conselheiros:

- Quantas são e onde estão localizadas as turmas de Educao Infantil – creche e pré-escola – existentes no município?
- Qual o número médio de alunos por turma de Educao Infantil, em cada escola de Guajará do Oeste?
- Qual a condio, em termos de infra-estrutura, dos estabelecimentos que prestam atendimento  Educao Infantil?

**Solicita-se então a cada subgrupo da oficina, que responda às seguintes questões, relacionadas com a situação relatada:**

- Que ações/atividades o CME deve empreender para encontrar respostas para essas perguntas?

---

---

- Quais informações /documentos devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Educação de Guajará, para que o CME possa ter mais subsídios para seu trabalho de diagnóstico/análise crítica da situação da Educação Infantil no município?

---

---

- Que cuidados devem ser observados pelo CME na seleção das prioridades de ação que vier a indicar para a Secretaria de Educação de Guajará?

---

---



## Caso 2 – EJA – Educação de Jovens e Adultos

No município de Capela de Bom Jesus, situado na região Nordeste, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais atingia 29% da população, segundo dados da PNAD, 1996.

Por outro lado, o Censo de 2000, realizado pelo IBGE, apontou esse município como um dos campeões em mortalidade infantil e em desnutrição em crianças pequenas. De cada 1000 crianças nascidas, 58 morriam antes de completar 1 ano e 12% das crianças, com menos de 5 anos, apresentavam graus diferentes de desnutrição.

Segundo a LDB, artigo 37 “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” e, de acordo com o § 2º desse mesmo artigo “o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”.

Em razão da aprovação do FUNDEB, quando mais recursos serão destinados a essa modalidade de ensino e de posse desses dados, o presidente do CME convocou uma reunião extraordinária do Conselho, para analisar que ações poderiam ser planejadas no sentido de buscar a erradicação do analfabetismo e a conseqüente expansão do atendimento de jovens e adultos no ensino fundamental. Essas ações deveriam ser integradas ao PME – Plano Municipal de Educação, cuja revisão estava sendo proposta pela Secretaria Municipal de Educação.

**Solicita-se então que cada subgrupo da oficina realize as seguintes atividades, relacionadas com a situação relatada:**

- preencha o Quadro 2, buscando colocar-se no papel de conselheiro de Capela de Bom Jesus;
- o CME considera o analfabetismo como um dos desafios que precisa enfrentar;
- responda à Questão de Fechamento desse estudo de caso.

**Quadro 2 – Desafios a serem enfrentados por Capela de Bom Jesus para Erradicação do Analfabetismo e Expansão do EJA**

DESAFIOS	AÇÕES DO CONSELHO
1 - Mapeamento da população analfabeta, por bairro ou distrito de residência, com vistas a programar a oferta da EJA para essa população;	
2 - Políticas que facilitem parcerias para aproveitamento dos espaços ociosos;	
3 - Associar a EJA a oferta de cursos básicos de formação profissional;	
4 - Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem a jovens e adolescentes infratores, programas de EJA e de Educação Profissional;	
5 - Articular as políticas de EJA com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos;	
6 - Incentivar a criação de programas permanentes de EJA para o trabalhador nas empresas públicas e privadas;	
7 - Manter programas de formação de educadores de jovens e adultos capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela;	

**Questão de Fechamento:** Qual a ordem de prioridade dessas ações, considerando-se o fato de que a implementação do FUNDEB nos 4 primeiros anos será gradativa?

---



---



---



**Caso 3 – Capacitação de professores**

O Município de Várzea Bonita está implantando o Ensino Fundamental de 9 anos, incorporando a esse nível de ensino as crianças de 6 anos, antes atendidas nas Pré-escolas – Educação Infantil.

Um grupo de diretores de escolas que implantaram o Ensino Fundamental de 9 anos apresentou à Secretaria de Educação uma solicitação de capacitação de seus professores das séries iniciais do EF e de pequenas reformas nas escolas, visando garantir a qualidade do ensino naquelas unidades.

A Secretaria de Educação solicitou ao CME que opinasse sobre a solicitação.

**Solicita-se ao grupo:**

1. Que relacione as informações / documentos necessários para subsidiar a tomada de posição do CME.
2. Considerando o *Quadro 3: “Despesas fixadas para a Secretaria Municipal de Educação na Lei orçamentária Anual de Várzea Bonita para 2006”*, identificar se estão previstos Programas e Ações (Projetos / Atividades) onde podem ser enquadradas as despesas relativas à Capacitação de Professores e à Reforma das Escolas, nominando-os e relacionando o valor dos recursos alocados e a fonte desses mesmos recursos.
3. Como subsídio à atividade, é importante que se faça a leitura do *texto complementar: Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação (páginas 10 a 14)*.

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES			REFORMA DAS ESCOLAS		
Programa/ Ação	Valor	Código da Fonte	Programa/ Ação	Valor	Código da Fonte

**Quadro 3 – Despesas fixadas para a Secretaria Municipal de Educação de Várzea Bonita para 2006 (R\$ 1,00)**

E S P E C I F I C A Ç A O	ÓRG	FUN	CÓDIGO DA DOTAÇÃO				FR	VALOR
			SUFUN	PROGR	P/A	NAT		
<b>EDUCAÇÃO</b>		12						
ADMINISTRAÇÃO GERAL			122					
GESTÃO ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL				0021				
COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA	0601	12	122	0021	2071			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						3190	1	33.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	1	3.000
INVESTIMENTOS						4490	1	2.000
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>			365					
ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS DE ZERO ATRÊS ANOS				0022				
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CRECHES	0601	12	365	0022	1051			
INVESTIMENTOS						4490	1	150.000
<b>MANUTENÇÃO DAS CRECHES</b>	0601	12	365	0022	2074			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						3190	1	165.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	1	63.000
INVESTIMENTOS						4490	1	35.000
<b>ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS DE QUATRO A SEIS ANOS</b>				0023				
CONST. E REFORMA DE ESTABELECIMENTOS PRE-ESCOLARES	0601	12	365	0023	1052			
INVESTIMENTOS						4490	1	150.000
<b>MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR</b>	0601	12	365	0023	2075			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						3190	1	425.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	1	92.000
INVESTIMENTOS						4490	1	51.810
<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL</b>				0024				
FORNEC. DE MERENDA ESC.P/ EDUC. INFANTIL	0601	12	365	0024	2076			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	0	69.000
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>			361					
ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE				0025				
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE ENS. FUNDAMENTAL	0601	12	361	0025	1053			
INVESTIMENTOS						4490	2	201.690
<b>MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	0601	12	361	0025	2077			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						3190	2	280.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	2	56.500
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	5	30.000
INVESTIMENTOS						4490	2	50.000
<b>MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (FUNDEF)</b>	0601	12	361	0025	2078			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						3190	4	2.684.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	3	598.600
INVESTIMENTOS						4490	3	280.000
<b>TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	0601	12	361	0025	2079			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	2	5.025
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	6	135.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	7	15.000
<b>CONSTR. E REFORMA DE ESC. DE ENS. FUNDAM. (FUNDEF)</b>	0601	12	361	0025	1055			
INVESTIMENTOS						4490	3	900.000



<b>MANUTENÇÃO DO DEPTO. PEDAGÓGICO (ENS.FUNDAM.)</b>	0601	12	361	0025	2080			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						3190	2	55.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	2	10.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE						4490	2	1.500
<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL</b>				0026				
<b>FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR</b>	0601	12	361	0026	2082			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	0	150.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	6	18.000
<b>AUTONOMIA FINANCEIRA - ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL</b>				0028				
<b>RECURSOS PARA GESTÃO ESCOLAR</b>	0601	12	361	0028	2084			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						3390	6	
INVESTIMENTOS						4490	6	19.000
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>		12 09						
<b>PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO</b>			272					
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS</b>				0027				
<b>PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ENS. FUNDAM.</b>	0601	12 09	272	0027	2083			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						3190	2	96.000
<b>TOTAL DA UNIDADE</b>								<b>6.912.125</b>

### Códigos da Dotação Orçamentária

- ORG** – Classificação institucional
- FUN** – Função (educação, saúde)
- SUFUN** – Subfunção (ensino fundamental, ensino superior)
- PROGR** – Programa (instrumento de organização das ações governamentais – ex: Brasil escolarizado)
- P/A** – projeto/Atividade (programação orçamentária)
- NAT** – Natureza (capital ou corrente)
- FR** – Fonte de Receita
- VALOR**

### Quadro 4 – Despesa por fontes de recurso para 2006

Discriminação	Código	Valor
Recursos do Tesouro (não é MDE)	0	219.000
Recursos do Tesouro – MDE Geral	1	1.169.810
Recursos do Tesouro – MDE Educação Básica	2	755.715
Recursos do Fundeb – Geral	3	1.788.600
Recursos do Fundeb – Magistério	4	2.684.000
Cota-Parte do Salário-Educação	5	30.000
Recursos da União – FNDE	6	250.000
Convênio com o Estado – Transporte Escolar	7	15.000
<b>TOTAL</b>		<b>6.912.125</b>

#### Caso 4 – Recursos Materiais para as escolas

O Conselho Escolar da EMEF Lagoa da Pedra, situada na zona rural do município de Várzea Bonita realizou um Fórum de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar e a comunidade do Distrito de Lagoa da Pedra.

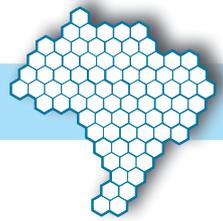
O Fórum estabeleceu objetivos e metas a serem atingidos pela escola, em consonância com o PME.

Um dos documentos aprovados pelo Fórum foi uma relação de serviços, atividades, equipamentos e materiais a serem desenvolvidos ou adquiridos para a unidade escolar.

A Secretaria de educação enviou este documento para o CME, solicitando sua avaliação e sugestão de encaminhamentos.

**Solicita-se ao grupo que examine a relação, verifique se as despesas podem ser classificadas como de MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, e indique a Fonte de Recursos, tendo como base o Quadro 4 “Despesas estimadas da SME por fontes de recursos para 2006”, do Caso 3.**

	Atividade	MDE		Fonte
		Sim	Não	
01	Reforma do prédio da escola			
02	Aquisição de mobiliário para as salas de aula da pré-escola			
03	Aquisição de ventiladores de teto para as salas de aula do ensino fundamental			
04	Aquisição de mobiliário e acervo para a biblioteca			
05	Melhoria da quadra de esportes localizada na Praça Central de Lagoa da Pedra			
06	Aquisição de equipamentos para o ambulatório odontológico para atendimento dos alunos da escola			
07	Realização de curso de capacitação para o pessoal de apoio da escola (porteiros, merendeiras, serviços gerais)			
08	Realização de curso de capacitação para os professores de matemática da escola			
09	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda dos alunos da pré-escola			
10	Construção e equipamento de sala para funcionamento do Conselho escolar			



## TEXTOS DE REFERÊNCIA

GUIA DE CONSULTA – PRO-CONSELHO – 2005

**Indicadores de QUALIDADE na educação** - Ação Educativa, Unicef/PNUD, 2004.  
Dados do INEP – Indicadores

PRO-CONSELHO – 2006 - Texto e Palestra sobre *Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação*

CADERNO DE TEXTOS VOLUME 2 do PRADIME – 2006 – *Tema 5 – Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação*

CADERNO DE OFICINAS VOLUME 2 DO PRADIME – 2006 – *Oficinas Pedagógicas 4 e 5*

Textos ou Palestras do **PAINEL DO TERCEIRO DIA** – CNE, CEED UNCME.  
Texto “*Funções próprias de um Conselho de Educação*” de Carlos Roberto Jamil Cury  
GUIA DE CONSULTA PRASEM III - ANEXO I

